ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

Neoenergia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

DESTAQUES (R$ MM) 4T23	4T23	4T22	Δ %	2023	2022	Δ %
Margem Bruta	46	39	18%	173	164	5%
EBITDA	29	25	16%	118	113	4%
Resultado Financeiro	(4)	(3)	33%	(18)	(17)	6%
Lucro Líquido	13	16	(19%)	58	65	(11%)

Indicadores Financeiros de Dívida[1]	2023	2022	Variação
Dívida Líquida[2]/EBITDA[3]	0,72	0,88	(0,16)

(1) Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
(2) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
(3) EBITDA 12 meses

Destaques Financeiros e Operacionais:

▪ Margem bruta de R$46 milhões no 4T23 (+18% vs. 4T22), em razão do maior volume de energia comercializado e de R$173 milhões no ano (+5% vs. 2022), devido ao maior preço médio de venda de energia.
▪ EBITDA de R$29 milhões no 4T23 (+16% vs. 4T22) e deR$118 milhões em 2023 (+4% vs. 2022).
▪ Lucro líquido de R$13 milhões no 4T23 (-19% vs. 4T22) e de R$58 milhões em 2023 (-11% vs. 2022), impactado pela amortização sobre o ágio incorporado na operação de cisão com Termopernambuco, concluída no 1T23.
▪ Disponibilidade de 98,07% no 4T23 (vs. 79,29% no 4T22) e de 96,89% em 2023 (vs. 93,73% em 2022), acima da referência regulatória.
▪ Geração de 221,1 GWh no 4T23 (-24% vs. 4T22) e 976,5 GWh em 2023 (vs. 1.091,7 GWh em 2022), em razão da menor afluência no período.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi de grandes realizações, superação de desafios e entrega de resultados consistentes. Nosso EBITDA caixa cresceu 10%, alcançando R$ 10,6 bilhões, alavancado pela entrada em operação de novos negócios, revisões tarifárias de três de nossas distribuidoras e pelo crescimento de mercado que se acelerou no último semestre do ano. Destaque também para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em apenas 2%, portanto abaixo da inflação no período e absorvendo o aumento do portfólio de negócios. Já o Lucro Líquido foi de R$ 4,5 bilhões, -5% abaixo do ano anterior.

Ancorados em uma estratégia estruturada de valorização e rotação de ativos, concluímos transações relevantes ao longo do ano, como o início de uma parceria estratégica com o GIC, fundo soberano de Cingapura, que passou a deter 50% de participação em nossos 8 ativos operacionais de transmissão, o que nos permitiu criar valor e reduzir a alavancagem. A parceria prevê ainda a participação conjunta em futuros leilões de transmissão, bem como o direito de primeira oferta para entrada nos demais ativos de transmissão, na medida em que entrem em operação.

Finalizamos também o processo de descruzamento de participações societárias com a Eletrobras, iniciado em 2022, pelo qual passamos a deter a totalidade da usina hidrelétrica de Dardanelos e adquirimos as participações minoritárias de 0,04% das ações de Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Afluente T, pertencentes à Eletrobras em troca das participações em Teles Pires e Baguari, otimizando nosso portfólio e simplificando a estrutura e governança.

Em 2023, mantivemos nossa estratégia de crescimento sustentável, com investimentos totalizando R$ 8,9 bilhões, -10% abaixo do ano anterior, concentrados em nossas redes de distribuição e transmissão, além de projetos de geração de energia renovável e soluções energéticas inteligentes.

Em Distribuição, investimos R$ 4,7 bilhões destinados a atender a expansão de novos mercados e ampliar a qualidade e na melhoria contínua do nosso relacionamento com 16 milhões de clientes de nossas cinco distribuidoras. Como resultado desses esforços, foi com muita alegria que celebramos duas de nossas distribuidoras como as melhores do Brasil no Prêmio ABRADEE 2023: a Neoenergia Cosern, 1º lugar nacional e a Neoenergia Elektro, vice-campeã nacional.

Em Transmissão, investimos R$ 3,5 bilhões e entregamos cerca de 1,2 mil quilômetros de linhas e 3 novas subestações, dentre os quais importantes trechos de lotes em construção, como por exemplo nos projetos de Vale do Itajaí, Lagoa dos Patos e Morro do Chapéu, adicionando uma Receita Anual Permitida (RAP) de mais de R$ 170 milhões.

Em Renováveis, concluímos o ciclo de investimentos, com a inauguração do Complexo Renovável Neoenergia na Paraíba, a primeira instalação de geração associada no Brasil, que une o parque eólico de Chafariz com o parque solar de Luzia, mais de 570 MW de capacidade, otimizando o uso das redes de transmissão e ampliando a rentabilidade dos projetos. Ainda, finalizamos o Complexo Eólico de Oitis, entre a Bahia e o Piauí, que acrescentou mais 567 MW à nossa capacidade de geração renovável.

Ainda na linha de crescimento, vale ressaltar, a disciplina de capital apresentada pelo Grupo nos leilões de transmissão promovidos em 2023.

Destacamos também que, a despeito de um cenário de crédito restritivo que se apresentou no início de 2023 no Brasil, a Neoenergia cumpriu seus objetivos e executou seu plano de investimento preservando um Balanço Patrimonial robusto e mantendo seu nível de alavancagem.

Como protagonistas da transição energética no país, seguimos desempenhando papel ativo na descarbonização e no avanço para fontes de energia limpas. Celebramos este ano uma joint venture com a Comerc para projetos de geração distribuída, com expectativa de alcançar 100 MWp de potência fotovoltaica instalada. E estamos avançando em diversas iniciativas oferecendo soluções verdes industriais, projetos de hidrogênio e fertilizantes verdes, além de modelos de negócios em mobilidade elétrica.

Cientes ainda de que a construção de uma empresa resiliente, sustentável e socialmente responsável passa por uma sólida agenda ESG, ampliamos de 16 para 30 nossos compromissos assumidos publicamente para 2025 e 2030, incluindo metas como avaliação e plano de impacto de nossos ativos na biodiversidade e captação de dívidas verdes/ESG.

Seguimos comprometidos com a ampliação da presença de mulheres em nosso quadro de colaboradores, grande desafio do setor, e fechamos o ano de 2023 com 30,4% de mulheres em posições de liderança e um total de 582 mulheres em nossos quadros de eletricistas, resultado de nosso Programa de Escola de Eletricistas.

Reafirmamos ainda nosso compromisso com os princípios de governança, fundamentais para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo de nossa organização, obtivemos a certificação externa de nosso sistema de *Compliance* e fomos reconhecidos em 2023 pelo 5° ano consecutivo com o selo Pró-Ética.

Nosso desempenho sustentável nos mantém em importantes índices, como o ISE e o IDiversa da B3, o que facilita nosso acesso a linhas de financiamento verdes e competitivas, como por exemplo o *super green loan* de R$ 800 milhões que captamos junto à *International Finance Corporation* (IFC) para nossa distribuidora Neoenergia Elektro introduzir melhorias, expandir e digitalizar sua rede.

E essa consistência que envolve o nosso compromisso com entregas, a disciplina de gastos e a valorização de nossos ativos, se refletiu na valorização de nossas ações em 47% no ano, acima do IBOVESPA e outras referências de mercado.

Por fim agradeço a nossos colaboradores pela dedicação ao longo do ano e a todos os nossos acionistas pela confiança. Seguiremos investindo em energia limpa, acessível e de qualidade, com foco em rentabilidade e eficiência, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento sustentável do setor elétrico brasileiro e das regiões em que atuamos.

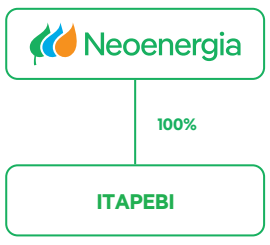
Eduardo Capelastegui
CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de Itabepi, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG).

Sua capacidade instalada é de 462 MW, conforme Despacho ANEEL n° 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 202,1 MWm. A Companhia negocia toda a sua energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia firmado com a NC Energia S.A., comercializadora do Grupo.

Em 28 de fevereiro de 2023, foi aprovada a operação de Cisão da Termopernambuco, que envolveu a totalidade da participação societária detida pela Termopernambuco na Itapebi. Com a conclusão da operação, a Neoenergia passou a deter 100% da participação acionária de Itapebi, conforme estrutura societária abaixo.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2023, as projeções para a economia vislumbravam um cenário de taxas de juros elevadas em virtude do panorama inflacionário e incertezas na frente fiscal.

Nesse cenário, o Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2022, projetou para 2023 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,80%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,31%, com Taxa Selic ainda em alta, com expectativa de fechar 2023 em 12,25%.

A primeira metade do ano foi marcada por um cenário turbulento na economia global, com inflação elevada nas principais economias, o que levou os Bancos Centrais a elevarem ainda mais as taxas de juros como medida para conter a inflação.

No Brasil, o primeiro semestre foi caracterizado por um mercado de crédito restritivo, mas com surpresas positivas no PIB provenientes do agronegócio.

A partir do segundo semestre de 2023, pouco a pouco, os Bancos Centrais das principais economias começaram a sinalizar que o fim do aperto fiscal estava mais próximo, ao passo que no Brasil, que iniciou seu aperto mais cedo, viu seu Banco Central dar início a redução dos juros com cortes consecutivos de 0,50 p.p. na Taxa Selic, que encerrou 2023 em 11,75%.

Já a inflação medida pelo IPCA encerrou 2023 com alta acumulada de 4,62%, dentro das bandas da meta de inflação e abaixo da registrada em 2022, de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2023 com perspectiva de crescimento de 3,2%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano.

O índice Ibovespa encerrou 2023 com uma alta de 22,28%, crescimento este caracterizado pelo menor receio do mercado, refletindo a melhoria do cenário macroeconômico a partir da segunda metade do ano, principalmente com as expectativas de queda nos juros nos Estados Unidos e maior otimismo com cenário fiscal brasileiro.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de 5,1% em relação a 2022, influenciado pelas altas temperaturas e baixo volume de chuvas no segundo semestre do ano nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

Em 18 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei n° 14.755, que instituiu a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), discriminou os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), providenciou o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) e estabeleceu as regras de responsabilidade social que devem ser observadas pelo empreendedor.

A lei objetiva assegurar os direitos das populações atingidas por barragens e promover práticas socialmente sustentáveis em empreendimentos com barragens, além de estabelecer as formas de reparação e compensação dos eventuais danos causados a essas populações e ao meio ambiente.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Itapebi apresentou índice de disponibilidade de 98,07% no 4T23, acima do registrado no 4T22 (79,29%) e de 96,89% no ano (vs. 93,73% em 2022), a variação é explicada pela parada emergencial ocorrida na usina no 4T22, em razão das fortes chuvas na região. A média de disponibilidade dos últimos 60 meses de operação foi de 96,52%, acima da referência regulatória.

A geração de energia em Itapebi totalizou 221,1 GWh no 4T23 (-24% vs. 4T22) e 976,5 GWh em 2023 (vs. 1.091,7 GWh em 2022), explicada por menor afluência no período.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R$ MM)	4T23	4T22	Variação R$	Variação %	2023	2022	Variação R$	Variação %
Receita Liquida	52	46	6	13%	209	193	16	8%
Custos Com Energia	(6)	(7)	1	(14%)	(36)	(29)	(7)	24%
MARGEM BRUTA	46	39	7	18%	173	164	9	5%
Despesa Operacional	(17)	(14)	(3)	21%	(55)	(51)	(4)	8%
EBITDA	29	25	4	16%	118	113	5	4%
Depreciação	(11)	(7)	(4)	57%	(39)	(28)	(11)	39%
Resultado Financeiro	(4)	(3)	(1)	33%	(18)	(17)	(1)	6%
IR/CS	(1)	2	(3)	(150%)	(3)	(3)	0	-
LUCRO LÍQUIDO	13	16	(3)	(19%)	58	65	(7)	(11%)

Itapebi encerrou o 4T23 com margem bruta de R$46 milhões (+18% vs. 4T22), em razão do maior volume de energia comercializado (448 MWm no 4T23 vs. 386 MWm no 4T22). No ano, a margem bruta totalizou R$173 milhões (+5% vs. 2022), explicada por maior preço médio de venda de energia. As despesas operacionais somaram R$17 milhões no 4T23, +21% vs. 4T22 e R$55 milhões em 2023, em linha com o ano anterior.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA totalizou R$29 milhões no 4T23 (+16% vs. 4T22) e R$118 milhões em 2023 (+4% vs. 2022).

O lucro líquido foi de R$13 milhões no 4T23 (-19% vs. 4T22) e de R$58 milhões em 2023 (-11% vs. 2022) impactado pelo aumento da depreciação decorrente da amortização sobre o ágio incorporado na operação de cisão com Termopernambuco, concluída no 1T23.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM n° 156/22, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R$ MM)	4T23	4T22	Variação R$	Variação %	2023	2022	Variação R$	Variação %
Lucro líquido do período (A)	13	16	(3)	(19%)	58	65	(7)	(11%)
Despesas financeiras (B)	(4)	(3)	(1)	33%	(13)	(17)	4	(24%)
Receitas financeiras (C)	2	2	-	-	4	8	(4)	(50%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(2)	(2)	-	-	(9)	(8)	(1)	13%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(1)	2	(3)	(150%)	(3)	(3)	-	-
Depreciação e Amortização (F)	(11)	(7)	(4)	57%	(39)	(28)	(11)	39%
EBITDA = A - (B + C + D + E + F)	**29**	**25**	**4**	**16%**	**118**	**113**	**5**	**4%**

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R$MM)	4T23	4T22	Variação R$	Variação %	2023	2022	Variação R$	Variação %
Renda de aplicações financeiras	**1,5**	**1,5**	-	-	**4,3**	**5,8**	(1,5)	(25,9%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	**(3,0)**	**(3,4)**	0,4	(11,8%)	**(13,3)**	**(12,5)**	(0,8)	6,4%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	**(2,8)**	**(1,6)**	(1,2)	75,0%	**(8,9)**	**(9,8)**	0,9	(9,2%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,0)	0,3	(0,3)	(100,0%)	0,4	0,8	(0,4)	(50,0%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(0,7)	(0,8)	0,1	(12,5%)	(3,6)	(4,0)	0,4	(10,0%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(2,1)	(1,1)	(1,3)	90,9%	(5,7)	(6,7)	1,0	(14,9%)
Total	**(4,3)**	**(3,4)**	**(0,9)**	**26,5%**	**(17,9)**	**(16,6)**	**(1,3)**	**7,8%**

O resultado financeiro foi de -R$4,3 milhões no 4T23 vs. -R$3,4 milhões no 4T22. Em 2023, o resultado financeiro foi de R$17,9 milhões (vs. R$ 16,6 milhões em 2022), explicado pela redução do volume médio aplicado.

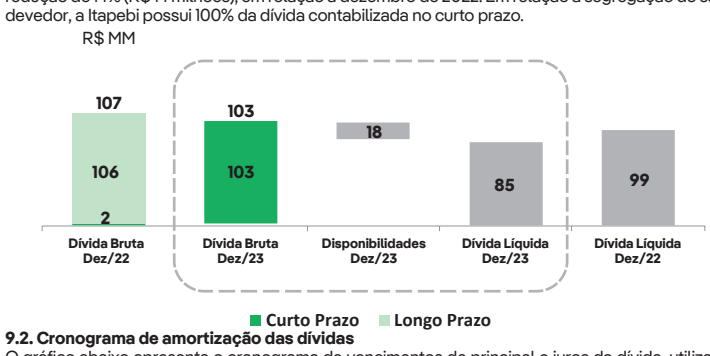
8. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Itapebi somaram R$25,9 milhões em 2023, 46% acima do realizado em 2022, em razão do ajuste a valor presente dos projetos e condicionantes ambientais, previstos na renovação da licença de operação da usina.

9. ENDIVIDAMENTO

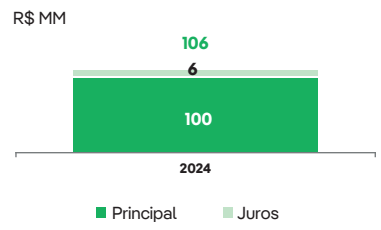
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R$ 85 milhões (dívida bruta de R$ 103 milhões), apresentando uma redução de 14% (R$ 14 milhões), em relação a dezembro de 2022. Em relação a segregação do saldo devedor, a Itapebi possui 100% da dívida contabilizada no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2023.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia ainda poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Política de Distribuição de Dividendos disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2023, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

1) Dividendos do exercício de 2022 de R$ 32.344 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023 e pagos em 20 de dezembro de 2023;
2) Juros sobre Capital Próprio de R$ 18.206 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 23 de junho de 2023 e pagos em 20 de dezembro de 2023;
3) Juros sobre Capital Próprio de R$ 8.203 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 8 de dezembro de 2023 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2024.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2023 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho de Administração incluem a orientação geral dos negócios da Companhia e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A política foi atualizada pela última vez em setembro de 2023.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Sobre o tema diversidade, em 2023, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

• Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho – Como parte dos nossos processos de *Compliance*, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
• Conteúdos de diversidade e inclusão – Foram mais de 8 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
• Vilarejos Junt+s – Rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, Maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, Pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
• Escola de Eletricistas – Iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
• Aflorar – Instituído em 2017, o programa promove um sistema de tutoria para jovens com Síndrome de Down na Neoenergia Pernambuco e auxilia a inserção de profissionais com deficiências no mercado de trabalho;
• Curso de libras – Com o objetivo de formar agentes de inclusão e melhorar a comunicação com deficientes auditivos, o portal de aprendizagem da companhia oferece o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 8% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

O Programa de Voluntariado da Neoenergia oferece permanentemente oportunidades de engajamento em iniciativas sociais de impacto para os moradores da área de atuação da companhia. Todas as iniciativas estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU. Em 2023, o Programa registrou 3.767 participações engajados, um aumento de 7% se comparado com o ano anterior, superando as projeções mapeadas na meta ESG de voluntariado da Neoenergia.

Algumas ações de 2023 que foram destaques:

• Absorventes – Arrecadação de mais de 180 mil unidades de absorventes femininos para auxiliar no combate à pobreza menstrual;
• Ensinando Profissões – Palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens;
• Campanha de doação de roupas – Arrecadação de mais de 31 mil peças para 76 instituições beneficiadas.
• Operação quilo – Doação de mais de 38 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 124 ONGs beneficiadas.

2023 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Companhia.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em nosso Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Concentramos nossos esforços nos ODS mais relevantes para o nosso modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantemos compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Seguimos signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável da companhia é materializado em suas Metas ESG. Em 2023, 14 novas metas foram incorporadas ao escopo inicial, totalizando 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e 2030, e que serão acompanhados e divulgados trimestralmente. Na tabela abaixo, são apresentados os resultados alcançados no ano:

	Metas ESG	Parâmetros	2023	2025	2030
E	Emissões[1]	Emissões de gC02/kWh na geração (escopo 1)	3,6	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	77,5%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	9,7%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex. híbrido ou elétrico)	99,6%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	7,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade[2]	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	31,1%	31%	35%
	Mulheres em postosde liderança	% de mulheres em postosde liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	30,4%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	40,3%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricistas	% de mulheres em postos de eletricistas	8,4%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria. Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	3.767	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45.001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45.001	50,8%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,23	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	94	67	70
	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,1%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	13	22	ND
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	347,2	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,68	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	99,5%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	89,2%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos.	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número deavaliações anuais ou verificações externas	374	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	12.272	11.500	13.100
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	49%	>60%	>75%

Notas:

[1] Em 2023, a intensidade de emissões reduzidas verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, só haver sido despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) no último trimestre.

[2] Em 2023, a definição do Marco de Contabilidade de Biodiversidade da Neoenergia representou o primeiro produto de cumprimento desta meta. A partir da metodologia definida, a Neoenergia se tornou apta a iniciar o processo de medição dos ativos para realização de avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo.

Durante o ano, mantivemos nosso compromisso em gerar, cada vez mais, energia limpa e sustentável para todos. Lançamos em março de 2023, o primeiro complexo de geração associada de energia renovável no Brasil. Localizado no sertão da Paraíba, se caracteriza pela sinergia entre os ativos dos parques eólico e solar com a linha de transmissão e a subestação. Essa característica otimiza o uso da rede de transmissão em razão da complementariedade das fontes.

No âmbito social, empenhados em oferecer um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo e diverso, firmamos dois novos compromissos de diversidade de gênero e racial com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e passamos a integrar o primeiro índice de diversidade da B3, o IDiversa, que tem como objetivo tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e proporcionar comparabilidade no desempenho das 79 empresas classificadas no índice. Podemos destacar também a adesão do Instituto Neoenergia ao Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas na COP28 e as diversas iniciativas socioambientais que contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como destaques dentro do universo de governança em 2023 estamos entre as três empresas do setor elétrico com melhor reputação no Brasil, de acordo com o ranking do Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco). E, ficamos classificados entre as 100 maiores empresas de todos os setores. Tivemos esse reconhecimento pelos resultados econômico-financeiros e pelas metas ESG para 2025 e 2030. O recebimento do Selo Pré-ética, pelo quinto ano consecutivo, concedido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e a colocação entre as 50 empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil no ranking do 100 Open Corps 2023 também nos enche de orgulho e aponta que estamos no caminho certo.

As práticas sustentáveis da Neoenergia destacam a companhia e permitem o seu posicionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/ITAPEBI1574313008022024.pdf

Hash:170733456249d89150cc7f4b1a93ccf3fe2a7f4138

Neoenergia

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2023 mantivemos nossa participação, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do FTSE4 *Good Index Series* e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permanecemos no *The Sustainability Yearbook*, da S&P e fomos destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

11.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitam enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia em todas as unidades de negócios.

A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco em fomentar energias renováveis e aproveitar oportunidades representadas pela digitalização e automação dos negócios. Assim, busca tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

A construção e execução da estratégia de inovação envolve as áreas de Negócio, de Pesquisa e Desenvolvimento, de Transformação Digital e áreas Corporativas, em um esforço coordenado pela Superintendência de Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa. A governança do processo tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e o setor elétrico.

Durante 2023, a Neoenergia investiu em PDI um total de R$ 160,3 milhões. Os esforços estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia.

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia:

• **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Hidrogênio verde, energias renováveis inovadoras, mobilidade sustentável, redes inteligentes, armazenamento, eletrificação do calor que contribuem para a transformação industrial, com foco na sustentabilidade, energia verde acessível e emprego;

• **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;

• **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;

• **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;

• **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

Ao longo do ano de 2023 foi realizada a primeira chamada do **Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor**. Foram meses produzindo inovação todos os dias e construindo uma forma própria de inovar junto aos Negócios e áreas corporativas da Neoenergia. Mais de 600 ideias foram submetidas no Go In em aproximadamente 45 dias, com o objetivo de simplificar, otimizar e desburocratizar nossos processos internos. Os idealizadores investiram em horas de treinamentos se preparando para essa trajetória e contaram com o suporte de mais de 100 aceleradores no desenvolvimento das ideias, removendo entraves e promovendo agilidade. Todas as ideias passaram por uma criteriosa análise dos avaliadores, envolvendo mais de 800 lideranças nas etapas de avaliação. Ao final os 24 melhores projetos foram apresentados à banca da diretoria executiva no Demo Day e os 10 melhores foram premiados durante evento da Convenção de Líderes da Neoenergia.

Destaca-se ainda o reconhecimento em dois dos principais rankings de inovação no Brasil, o 4° lugar na categoria Energia Elétrica do Prêmio Valor Inovação e o 3° lugar na categoria Energia Elétrica e Renováveis do TOP 100 Open Corps 2023.

Este ano, foi lançado o Pod Inovar, um Podcast da Neoenergia, que promove o debate de panoramas, tendências, curiosidades do universo de inovação e do setor de energia. Os conteúdos incluem especialistas internos e externos à Neoenergia e são disponibilizados nos canais e redes sociais do Youtube, LinkedIn e Spotify.

11.3. Educação e Cultura

Nos parques eólicos em operação, em 2023, foram desenvolvidos diversos programas de educação ambiental, como formações para potencializar o turismo de base comunitária no Rio Grande do Norte, empoderamento feminino na Bahia e valorização cultural na Paraíba. No município de Caetité (Bahia), como parte do projeto Ventos de Mudança, foram oferecidas formações complementares aos alunos do curso técnico de Meio Ambiente do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), que culminaram com a visita técnica de cerca de 30 alunos aos nossos parques eólicos. A iniciativa é uma parceria inovadora do setor elétrico entre a Neoenergia e a Rio Energy, iniciada em 2022. Em 2023, iniciamos ainda o Programa Sementes de Saberes, criado para impulsionar o desenvolvimento local a partir de potencialidades e desafios identificados nas comunidades. Ao longo do ano, foram visitadas mais de 70 comunidades na área de influência dos parques eólicos em operação, para a realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo nos territórios onde estão localizados parques eólicos da Neoenergia.

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango, e da linha de transmissão Potiguar Sul, atendendo aos três eixos do Índice. Está em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel).. As comunidades envolvidas no Programa SER são estimuladas a aderirem ao processo de agricultura familiar. Ao longo dos anos, em todas as comunidades que atuou, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas.

Pensando na criação de oportunidades de capacitação profissional gratuita, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista a. Entre 2019 e 2022 formou turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, fomos reduzindo o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas. A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

(i) o edital Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

(ii) a 3ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, escolhidas pelo comitê técnico que atua com projetos de Arte e Cultura, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 137 inscrições em 2023;

(iii) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 320 vagas para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira e Mongaguá, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - cultura digital, marcenaria, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo;

(iv) o Entre o Céu e a Favela e o Centro de Artes da Maré, foram contemplados no Programa Mulheres Inspiradoras, que amplia o impacto positivo promovido por lideranças femininas e reforçam nosso compromisso em prol da valorização do protagonismo feminino no campo da Arte e Cultura. Os projetos foram apoiados por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro.

11.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis, apoiando o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde a Neoenergia opera. Além disso, tem como premissa garantir um olhar cuidadoso para pessoas e comunidades, respeitando todas as formas de diversidade, impulsionando oportunidades por meio de iniciativas efetivas, inclusivas e sustentáveis. Sua trajetória teve início em 2018. Em 2023, o Instituto celebrou cinco anos de história, com avanços importantes para consolidar a atuação no Brasil.

A partir de 2023, o Instituto passou a contribuir diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

Outro marco para o Instituto foi sua adesão ao Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas, um instrumento de suporte, indução e facilitação do engajamento da filantropia e do investimento social privado nacional na agenda das Mudanças Climáticas.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2023, foram investidos R$ 3,06 milhões no Programa de PDI ANEEL, sendo R$ 1,57 milhões para projetos da Itapebi, R$ 824,07 mil destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), R$ 412,03 mil ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R$ 247,22 mil destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

(i) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

(ii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas;

(iii) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em abastecimento veicular;

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM n° 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R$ 144.001,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R$ 7.111,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como Relatório de Controle Patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Como forma de demonstrar nosso compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável, divulgamos anualmente nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança em nosso Relatório de Sustentabilidade.

O documento é elaborado com base nas normas 2021 da Global *Reporting Initiative* (GRI) e nos padrões do *Sustainability Accounting* Standards Board (SASB) para o setor elétrico. Consideramos também as recomendações contidas no *Corporate Sustainability Assessment* (CSA), da S&P Global, para o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosure* (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado desde 2004 e o documento referente ao ano de 2023 será publicado até 31 de março de 2024 no site da companhia (www.neoenergia.com).

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. ("ITAPEBI"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	208.639	193.167
Custos		(88.235)	(69.523)
Custos com energia elétrica	4	(35.541)	(29.336)
Custos de operação	5	(52.694)	(40.187)
Lucro bruto		120.404	123.644
Outras despesas gerais e administrativas	5	(41.058)	(39.001)
Lucro operacional		79.346	84.643
Resultado financeiro	6	(17.864)	(16.562)
Receitas financeiras		3.747	7.679
Despesas financeiras		(12.647)	(16.580)
Outros resultados financeiros, líquidos		(8.964)	(7.661)
Lucro antes dos tributos		61.482	68.081
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(3.585)	(2.601)
Corrente		(5.417)	(6.249)
Diferido		1.832	3.648
Lucro líquido do exercício		57.897	65.480
Lucro básico e diluído por ação do capital – R$:	16.2.a	0,55	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	57.897	65.480
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (perdas) em *Hedg*e de fluxo de caixa	3.916	(7.710)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.331)	2.621
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	2.585	(5.088)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	2.585	(5.088)
Resultado abrangente do exercício	60.482	60.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	57.897	65.480
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	38.937	28.395
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	267	-
Tributos sobre o lucro	3.585	2.601
Resultado financeiro, líquido	17.864	16.562
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(1.734)	1.700
Fornecedores e contas pagar	(2.409)	5.166
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(1.298)	(566)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.026)	(4.013)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(5.079)	(4.179)
Outros ativos e passivos, líquidos	(5.090)	(9.895)
Caixa gerado nas operações	101.914	101.251
Encargos de dívidas pagos	(3.847)	(4.047)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(9.760)	(7.770)
Rendimento de aplicação financeira	4.317	5.770
Pagamento de juros – Arrendamentos	(39)	(85)
Tributos sobre o lucro pagos	(7.212)	(7.723)
Recebimento de juros - operações de mútuo com controladora	-	2.454
Caixa gerado pelas atividades operacionais	85.373	89.849
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.685)	(17.691)
Recebimento de principal - operações de mútuo com controladora	-	30.000
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(18.685)	12.310
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(411)	(1.005)
Remuneração paga aos acionistas	(56.314)	(124.410)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(56.725)	(125.415)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	9.963	(23.256)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.953	31.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.916	7.953
Transações que não envolveram caixa:		
Operações de cisão	371.946	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	7.225	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.916	7.953
Contas a receber de clientes e outros	9	21.867	20.133
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	20.669	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	2	1.138
Outros tributos a recuperar	7.2	271	808
Outros ativos circulantes		1.574	5.683
Total do circulante		62.299	35.715
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	27.277
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	3.146	3.014
Depósitos judiciais	15.1	6.085	7.311
Direito de uso		93	416
Imobilizado	10	636.404	385.746
Intangível	11	269.967	161.623
Total do não circulante		915.695	585.387
Total do ativo		977.994	621.102
	Notas	**2023**	**2022**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	15.055	17.895
Empréstimos e financiamentos	13.2	123.370	525
Passivo de arrendamento		117	404
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	1.242
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		10.040	11.338
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	8.438	11.008
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	3.510	3.588
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.1	6.973	8.496
Outros passivos circulantes		976	827
Total do circulante		168.479	55.323
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	-	132.429
Passivo de arrendamento		-	97
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	20.484	18.724
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	22.054	22.555
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.3.1	5.404	3.880
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	14	22.574	23.942
Provisões e outras obrigações	15	38.883	37.966
Outros passivos não circulantes		3.385	3.130
Total do não circulante		112.784	242.723
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	16	696.731	323.056
Total do patrimônio líquido		696.731	323.056
Total do passivo e do patrimônio líquido		977.994	621.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de Capital		Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.525	18.182	36.992	7.667	28.7476	32.344	(3.401)	-	323.056
Resultado abrangente do exercício:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	57.897	57.897
Outros resultados abrangentes (nota 16.3)	-	-	-	-	-	-	2.585	-	2.585
Transações com os sócios:									
Remuneração aos acionistas (16.2.b)	-	-	-	-	-	(32.344)	-	-	(32.344)
Operações de cisão (nota 16.4.1)	-	371.946	-	-	-		-	-	371.946
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2.b)	-	-	-	-	11.477	-	-	(11.477)	-
Remuneração aos acionistas (16.2.b)	-	-	-	-	-	20.011	-	(46.420)	(26.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.525	390.128	36.992	7.667	40.224	20.011	(816)	-	696.731
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.525	18.182	36.992	7.667	15.995	86.627	1.687	-	369.675
Resultado abrangente do exercício:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	65.480	65.480
Outros resultados abrangentes (nota 16.3)	-	-	-	-	-	-	(5.088)	-	(5.088)
Transações com os sócios:									
Remuneração aos acionistas (nota 16.2.b)	-	-	-	-	-	(86.627)	-	-	(86.627)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2.b)	-	-	-	-	12.751	-	-	(12.751)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2.b)	-	-	-	-	-	32.344	-	(52.729)	(20.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.525	18.182	36.992	7.667	28.746	32.344	(3.401)	-	323.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	240.437	223.139
Receita de construção de ativos próprios	23.716	18.164
Subtotal	264.153	241.303
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(11.819)	(7.348)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(26.627)	(24.291)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(52.008)	(45.612)
Subtotal	(90.454)	(77.251)
Valor adicionado bruto	173.699	164.052
Depreciação e amortização	(38.937)	(28.395)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	134.762	135.657
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos	38.960	81.905
Subtotal	38.960	81.905
Valor adicionado total a distribuir	173.722	217.562
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	14.522	13.680
Férias e 13° salário	2.167	2.072
Encargos sociais (exceto INSS)	1.824	(1.902)
Benefícios	3.905	4.969
Outros	1.039	377
Subtotal	23.457	19.196
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	2.648	6.175
PIS e COFINS	18.901	17.832
Tributos sobre o lucro	3.585	2.601
Obrigações intrassetoriais	9.980	10.006
Outros	468	182
Subtotal	35.582	36.795
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações cambiais de passivos	56.598	98.072
Aluguéis	188	90
Subtotal	56.786	98.162
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	26.409	20.385
Lucros retidos	31.488	45.095
Subtotal	57.897	65.480
Valor adicionado distribuído	173.722	219.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia") é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebi, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área, com vigencia até maio de 2039. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do Grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo com contrato vigente até dezembro de 2024. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 106.180 (R$ 19.608 em 31 de dezembro de 2022), principalmente, decorrente da maturação da dívida. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de *swap* e a termo
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de *swap*, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos *covenants* financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 18.7. (ii) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13). **c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios quantitativos e qualitativos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA		AAA
Santander	AAA	AAA	

1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: a) Riscos regulatórios: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criações ou alterações nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/ITAPEBI1574313008022024.pdf

Hash:170733456249d89150cc7f4b1a93ccf3fe2a7f4138

Neoenergia

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

b) Risco de hidrológico: A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dar pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo ONS. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de risco hidrológico conforme descrito na nota 11. **c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	2023	
Riscos	**Data da vigência**	**Importância Segurada**
Terrorismo	31/05/2023 a 31/05/2024	500.000
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	36.000
Responsabilidade Civil Geral – Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	100.000
Veículos – Executivo	31/05/2023 a 31/05/2024	100% FIPE
Risco Operacional – Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	2.100.000
Veículos – Operacional	31/05/2023 a 31/05/2024	1.000
Equipamento	30/06/2023 a 30/06/2024	Valor equipamento
Empresarial	31/05/2023 a 31/05/2024	71.159

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 05 de fevereiro de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Contas a receber de clientes e outros
10.1	Imobilizado
13.3.1	Instrumentos financeiros derivativos
15.1	Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('*Sale and Leaseback*') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('*Reverse factoring*') que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia	231.896	210.720
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	8.541	12.419
Receita operacional bruta	**240.437**	**223.139**
(-) Pis e Cofins	(21.818)	(19.966)
(-) Encargos setoriais [1]	(9.980)	(10.006)
Receita operacional, líquida	**208.639**	**193.167**

[1] Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hidricos (CFURH); **3.1 Política contábil e julgamento críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD'). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(5.975)	-
Energia curto prazo – PLD e MRE [1]	(5.695)	(7.225)
Outros	(149)	(123)
Subtotal	**(11.819)**	**(7.348)**
Créditos PIS e COFINS	516	-
Total	**(11.303)**	**(7.348)**
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(26.627)	(24.291)
Subtotal	**(26.627)**	**(24.291)**
Créditos de PIS e COFINS	2.389	2.303
Total	**(24.238)**	**(21.988)**
Total dos custos com energia elétrica	**(35.541)**	**(29.336)**

[1] PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		
	Custos de operação	**Outras Despesas gerais e administrativas**	**Total**
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1.)	(2.055)	(23.905)	(25.960)
Serviços de terceiros (nota 5.2)	(9.406)	(10.901)	(20.307)
Depreciação e amortização [1]	(35.864)	(3.073)	(38.937)
Outras despesas [2]	(5.369)	(3.179)	(8.548)
Total	**(52.694)**	**(41.058)**	**(93.752)**

	2022		
	Custos de operação	**Outras Despesas gerais e administrativas**	**Total**
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1.)	(2.169)	(20.984)	(23.153)
Serviços de terceiros (nota 5.2)	(8.950)	(9.811)	(18.761)
Depreciação e amortização	(25.259)	(3.136)	(28.395)
Outras despesas [2]	(3.809)	(5.070)	(8.879)
Total	**(40.187)**	**(39.001)**	**(79.188)**

[1] Aumento ocasionado pelos impactos da mais-valia da cisão (vide nota 16.4.1); (2) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

5.1 Pessoal e benefícios a empregados:

	2023	2022
Remunerações	(13.156)	(11.463)
Encargos sociais	(4.472)	(4.270)
Auxílio alimentação	(1.506)	(1.411)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.139)	(1.051)
Rescisões	(823)	(13)
Provisão para férias e 13° salário	(2.167)	(2.072)
Plano de saúde	(1.260)	(1.014)
Participação nos resultados	(1.221)	(1.851)
(-) Transferências para ordens	575	349
Outros	(791)	(357)
Total	**(25.960)**	**(23.153)**

5.2 Serviços de terceiros:

	2023	2022
Serviços técnicos e manutenções	(9.559)	(8.553)
Tecnologia da informação	(610)	(773)
Serviços jurídicos	(1.165)	(1.060)
Consultoria e auditoria	(1.221)	(1.907)
Uso da marca	(1.558)	(1.417)
Vigilância	(632)	(693)
Crédito PIS e COFINS	238	226
Outros serviços	(5.800)	(4.584)
Total	**(20.307)**	**(18.761)**

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.317	5.770
(-) Tributos sobre receita financeira	(226)	(395)
Outras receitas financeiras [1]	(344)	2.304
	3.747	**7.679**
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida [2]	(3.890)	(4.025)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(3.274)	(4.459)
Fee de garantia	(1.007)	(1.268)
Taxas	(3.272)	(5.415)
Tributos	(888)	(929)
Outras despesas financeiras	(316)	(484)
	(12.647)	**(16.580)**
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(14.046)	(33.392)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	23.692	42.591
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(29.798)	(47.983)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	10.757	30.296
Outras variações monetárias, líquidas	431	827
	(8.964)	**(7.661)**
Resultado financeiro líquido	**(17.864)**	**(16.562)**

[1] Em 31 de dezembro de 2022, engloba R$ 1.347 referente à remuneração da taxa de juros do contrato de mútuo a receber com coligada Neoenergia S.A., este contrato foi encerrado em 2022; [2] Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro : Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**61.482**	**68.081**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	**(20.904)**	**(23.148)**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	8.979	6.931
Incentivos fiscais SUDENE	11.477	12.751
Multas indedutíveis	(3)	-
Outras adições (reversões) [1]	(3.134)	865
Tributos sobre o lucro	**(3.585)**	**(2.601)**
Alíquota efetiva	**5,83%**	**3,82%**
Corrente	(5.417)	(6.249)
Diferido	1.832	3.648

[1] Inclui os Impactos da depreciação e amortização engendrada pela mais-valia da cisão reconhecida em 2023 (vide nota 16.4.1).

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	**732**	**886**
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	5.251	4.941
Provisões ambientais	4.163	3.929
Direito de uso da concessão	2.074	2.276
Arrendamentos capitalizados	8	29
PLR	3.113	3.152
Depreciação acelerada	(5.263)	(5.501)
Valor justo de instrumentos financeiros	420	1.752
Provisões de Fornecedores	4.249	5.242
Ressarcimento do Risco Hidrológico (GSF)	(36.801)	(39.261)
Total	**(22.054)**	**(22.555)**

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(22.555)**
Efeitos reconhecidos no resultado	1.832
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(22.054)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(28.824)**
Efeitos reconhecidos no resultado	3.648
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	2.621
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(22.555)**

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. **7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos:**

	2023	2022
IRPJ	2.622	3.682
CSLL	526	470
Ativo	**3.148**	**4.152**
Circulante	2	1.138
Não circulante	3.146	3.014

	2023	2022
IRPJ	20.484	18.724
Passivo	**20.484**	**18.724**

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R$ 20.484 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. (R$ 18.724 em 31 de dezembro de 2022). Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R$ 72.771 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 72.879 em 31 de dezembro de 2022), cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas das principais posições estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processos administrativos e jurídicos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R$ 31.332 (R$ 34.061 em 31 de dezembro de 2022); (ii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R$ 41.252 (R$ 37.060 em 31 de dezembro de 2022). **7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Benefício fiscal – Mais-Valia e PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	**886**	**1.065**
Amortização	(453)	(527)
Reversão	299	348
Saldo final do exercício	**732**	**886**

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	2024	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032	Entre 2033 e 2037	2038 em diante
Itapebi	132	114	97	84	72	199	34

7.3 Outros tributos: 7.3.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	380	189
Programa de integração social - PIS	280	271
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.293	1.259
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.132	2.504
Outros	577	604
Outros tributos a recolher	**4.662**	**4.827**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.985	8.038
Outros	1.195	2.023
Encargos setoriais	**9.180**	**10.061**
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	**13.842**	**14.888**
Circulante	8.438	11.008
Não circulante	5.404	3.880

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	169	101
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.505	-
Fundos de Investimento	4.242	7.852
Total	**17.916**	**7.953**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2023	2022
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	4.242	7.852
Total	**4.242**	**7.852**

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o Grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Fornecimento de energia	19.942	17. 059
Comercialização de energia na CCEE	1.925	3.074
Total	**21.867**	**20.133**

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023	2022
A vencer	19.942	17.059
	19.942	**17.059**

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	**2,00% - 16,70%**	**0,00% - 4,00%**	**6,25% - 33,30%**		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**298.385**	**54.624**	**10.196**	**22.541**	**385.746**
Adições [1]	254.420	-	-	17.589	272.009
Capitalização de gastos	-	-	-	157	157
Baixas	(75)	-	(185)	(7)	(267)
Depreciação	(17.483)	(1.662)	(2.076)	-	(21.221)
Transferências entre classes	20.009	734	1.633	(22.376)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(20)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**555.256**	**53.696**	**9.568**	**17.884**	**636.404**
Custo	815.811	86.726	15.309	17.884	935.730
Depreciação acumulada	(260.555)	(33.030)	(5.741)	-	(299.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**307.606**	**54.783**	**3.533**	**19.256**	**385.178**
Adições	-	-	-	17.001	17.001
Capitalização de gastos	-	-	-	102	102
Depreciação	(12.929)	(1.616)	(1.150)	-	(15.695)
Transferências entre classes	3.708	1.457	7.813	(12.978)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(840)	(840)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**298.385**	**54.624**	**10.196**	**22.541**	**385.746**
Custo	546.713	86.071	14.603	22.541	669.928
Depreciação acumulada	(248.328)	(31.447)	(4.407)	-	(284.182)

[1] Saldo referente a incorporação da mais-valia da cisão do investimento da Termopernambuco no montante de R$ 254.420 conforme nota 16.4.1.

10.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, considerando que o contrato de concessão prevê a indenização ao final da outorga. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a	**2,78% - 6,25%**	**20,00%**	**10,00%**		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**151.403**	**385**	**9.248**	**588**	**161.623**
Adições [1]	117.526	-	-	8.144	125.670
Capitalização de gastos	-	-	-	20	20
Amortização	(15.103)	(332)	(1.931)	-	(17.366)
Transferências - entre intangíveis	-	906	7.659	(8.565)	-
Transferências - outros	-	-	-	20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**253.826**	**959**	**14.976**	**207**	**269.967**
Custo	304.618	9.782	20.643	207	335.250
Amortização acumulada	(50.792)	(8.823)	(5.667)	-	(65.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**160.997**	**1.568**	**9.705**	**-**	**172.270**
Adições	-	-	-	588	588
Amortização	(9.594)	(1.183)	(1.298)	-	(12.076)
Transferências - intangíveis	-	-	841	(841)	-
Transferências - outros	-	-	-	841	841
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**151.403**	**385**	**9.248**	**588**	**161.623**
Custo	187.093	8.876	12.984	588	209.540
Amortização acumulada	(35.690)	(8.491)	(3.736)	-	(47.917)

[1] Saldo referente a incorporação da mais-valia da cisão do investimento da Termopernambuco no montante de R$ 117.526 conforme nota 16.4.1.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei n° 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa n° 895 de 1° de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica. **11.1. Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Energia elétrica	21	24
Encargos de uso da rede	2.265	2.290
Materiais e serviços	12.769	15.581
Total	**15.055**	**17.895**

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários	123.370	132.954
Empréstimos e financiamentos	**123.370**	**132.954**
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 13.3)	(20.669)	(26.035)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(17.916)	(7.953)
Dívida líquida	**84.785**	**98.966**

13.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e denominadas em Dólar norte-americano ("US$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2023	2022
Denominados em US$	**123.370**	**132.954**
Indexados a taxas fixas	123.370	132.954
	123.370	**132.954**
Passivo circulante	123.370	525
Passivo não circulante	-	132.429

Em 31 de dezembro de 2023, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:

	2023	2022
Custo médio em % CDI [1]	99,10%	91,60%
Custo médio em taxa pré	13,00%	11,50%
Saldo da dívida	123.370	132.954
Instrumentos financeiros derivativos	(20.669)	(26.035)
Dívida total líquida de derivativos	**102.701**	**106.919**

[1] A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 0,42 anos (1,82 anos em dezembro de 2022). Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal [2]	Juros [2]	Instrumentos derivativos	Total
2024	124.837	2.255	(21.179)	105.913
Total	**124.837**	**2.255**	**(21.179)**	**105.913**

(2) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	**132.954**	**142.175**
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de encargos de divida	(3.847)	(4.047)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	3.897	4.025
Variação cambial	(9.634)	(9.199)
Saldo final do exercício	**123.370**	**132.954**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/ITAPEBI1574313008022024.pdf

Hash:170733456249d89150cc7f4b1a93ccf3fe2a7f4138

Neoenergia

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*): A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Abaixo seguem os principais parâmetros e a medição estimada geral:

	Limite contratual inferior (1)	Medição (2) em 31.12.2023	Medição (2) em 31.12.2022
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,12	3,15

(1) Cada contrato de dívida prevê clausulas especificas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.
e) Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **13.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 18.7.
a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US$ vs R$	20.669	26.035
Contratados para proteção de outras operações:		
Exposição líquida	**20.669**	**26.035**
Ativo circulante	20.669	-
Ativo não circulante	-	27.277
Passivo circulante	-	(1.242)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Derivativos designados para contabilidade de *hedge* - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	20.669	26.035
	20.669	**26.035**

b) Reconciliação dos derivativos com os fluxos de caixa e outros resultados abrangentes

	2023	2022
	Proteção de dívidas	
Saldo inicial	**26.035**	**43.662**
Perda reconhecida no resultado	(19.042)	(17.687)
Liquidação financeira entradas (saídas)	9.760	7.770
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	3.916	(7.710)
Saldo final	**20.669**	**26.035**
Resultado financeiro, líquido	**(19.041)**	**(17.687)**

13.3.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas na nota 18.7

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 28 de maio de 1999, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Itapebi, Estado da Bahia. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R$ 477, do 6° ao 35° ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto (12,17% a.a.) mais a inflação do período (4,00%). A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	**27.530**
Atualização monetária	2.330
Pagamentos	(3.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**26.084**
Circulante	3.510
Não circulante	22.574
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**26.604**
Atualização monetária	4.498
Pagamentos	(3.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**27.530**
Circulante	3.588
Não circulante	23.942

15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Provisões para processos judiciais (nota 15.1)	8.793	9.840
Provisão para obrigações ambientais (nota 15.2)	30.090	28.126
Total	**38.883**	**37.966**

15.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**435**	**9.164**	**241**	**9.840**
Adições e reversões, líquido	-	(510)	(178)	(688)
Atualização monetárias	44	(340)	(63)	(359)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**479**	**8.314**	**-**	**8.793**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**385**	**6.871**	**-**	**7.256**
Adições e reversões, líquido	-	1.455	178	1.633
Atualização monetárias	50	838	63	951
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**435**	**9.164**	**241**	**9.840**

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos: (i) Processos cíveis: • Ação cível onde é requerida indenização por danos moral, decorrentes de alegação de pescadores devido a construção da barragem no Rio Jequitinhonha, onde os recursos ambientais da região foram modificados, causando-lhes diversos prejuízos, no montante de R$ 479 (R$ 435 em 31 de dezembro de 2022). (ii) Processos trabalhistas: Do total de R$ 8.314 (R$ 9.164 em 31 de dezembro de 2022) provisionados, destaca-se: • Ação de reclamação trabalhista diversas verbas trabalhistas incluindo horas extras não pagas e o reflexo nas demais verbas postuladas. O valor provisionado no montante de R$ 7.332 (R$ 8.130 em 31 de dezembro de 2022), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. • Ação de reclamação trabalhista de terceirizados pleiteando diversas verbas trabalhistas incluindo verbas rescisórias. O valor provisionado no montante de R$ 982 (R$ 1.034 em 31 de dezembro de 2022), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2023	2022
Processos cíveis (i)	112.029	93.909
Processos trabalhistas (ii)	323	457
Processos fiscais (iii)	7.982	5.449
Total	**120.334**	**99.815**

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R$ 110.690 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 92.872 em 31 de dezembro de 2022), com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. (ii) Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$ 323 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 457 em 31 de dezembro de 2022) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. No ano de 2023 os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. e pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58. (iii) Fiscais: A Companhia possui um total estimado em R$ 7.982 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 5.449 em 31 de dezembro de 2022) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos: (i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e (ii) ação anulatória de débito fiscal correspondente a multas isoladas em virtude de suposto não recolhimento mensal. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2023	2022
Processos cíveis	2.137	1.978
Processos trabalhistas	3.948	5.333
Total	**6.085**	**7.311**

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **15.2. Provisões ambientais:** As provisões ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina hidrelétrica Itapebi. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref.	Provisões Ambientais
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.126**
Ajuste ao valor presente	(a)	7.225
Baixa/Reversão		(2.781)
Pagamentos/Indenizações		(4.353)
Atualização		1.873
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**30.090**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**33.511**
Ajuste ao valor presente		5.719
Baixa/Reversão		(1.313)
Pagamentos/Indenizações		(11.702)
Atualização		1.911
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.126**

a) Em 31 de dezembro de 2023, houve um incremento no fluxo de pagamento das condicionantes ambientais de R$ 7.334, desencadeado pela proliferação de macrófitas aquáticas nos reservatórios da usina. Este fato culminou num ajuste a valor presente da Licença de Operação de R$ 7.659. Adicionalmente, tivemos o ajuste a valor presente das provisões ambientais de casas rachadas e saneamento de Salto da Divisa - MG, no montante de (R$ 434).

16. PATRIMÔNIO LIQUIDO

16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022, o capital social é de R$ 202.525, correspondente a 85.060.474 ações ordinárias escrituradas (202.524.938 em 31 de dezembro de 2022), totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R$
Neoenergia S.A.	85.060.474	100%	202.525
Total de ações	**85.060.474**	**100%**	**202.525**

Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento de 117.464.464 ações ordinárias decorrente da incorporação do acervo cindido com a Termopernambuco. **16.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	57.897	65.480
Média ponderada de número ações em circulação	104.638	202.525
Lucro básico e diluído por ação	**0,55**	**0,32**

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**57.897**	**65.480**
Reserva de incentivo fiscal	(11.477)	(12.751)
Lucro líquido ajustado	**46.420**	**52.729**
Lucro líquido a distribuir	**46.420**	**52.729**
Remuneração		
Mínima obrigatória (1)	14.474	16.370
Remuneração adicional	31.946	36.359
	46.420	**52.729**
Natureza da remuneração		
Dividendos	20.011	32.344
JCP	26.409	20.385
	46.420	**52.729**
Remuneração total por ação	**0,44**	**0,26**

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF.
Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos adicionais 2022	32.344	0,3802471
RCA de 16 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	18.206	0,2140359
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	8.203	0,0964372
Total		**58.753**	
2022			
AGO de 29 de abril de 2022	Dividendos adicionais 2021	86.627	0,4277347
RCA de 21 de junho de 2022	Juros sobre Capital Próprio 2022	10.390	0,0513023
RCA de 23 de dezembro de 2022	Juros sobre Capital Próprio 2022	9.995	0,0493519
Total		**107.012**	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2023	2022
Saldos iniciais	**8.496**	**28.951**
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	32.344	86.627
Juros sobre o capital próprio declarados	26.409	20.385
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(3.962)	(3.058)
Dividendos pagos no exercício	(32.344)	(118.659)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(23.970)	(5.751)
Saldos finais	**6.973**	**8.496**

16.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. **16.4 Reserva de capital: 16.4.1 Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7.2. Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S,A., a cisão junto a investidora Termopernambuco S.A. A cisão ocorreu em 01° de março de 2023. No ato da operação reconhecemos o montante de R$ 371.946 referente a incorporação da mais valia do valor investido, sendo deste total segregados R$ 254.420 e R$ 117.526, para Imobilizado e Intangível, respectivamente. **16.4.1.1 Política contábil:** A Companhia utiliza nas operações de combinação de negócios sob controle comum o método do valor de livros (também conhecido como '*Predecessor Accounting method*' ou '*Book value method*'), que deriva da aplicação do custo de aquisição do investimento incorrido pelo controlador final em uma combinação de negócios com partes independentes à Neoenergia S/A (controlador final no Brasil), conforme definido nas políticas contábeis do Grupo, tendo em vista a inexistência de norma especifica no IFRS/CPCs. Nessas condições, em conformidade com as orientações do CPC 23/IAS 8 e políticas contábeis do Grupo, buscamos um GAAP que possa suprir a inexistência de normas especificas do IFRS/CPC. Qualquer que seja a operação de reestruturação societária subsequente, prevalecerá como limite máximo o custo incorrido pelo controlador final em sua última combinação de negócios genuína envolvendo as subsidiárias integrantes da atual reestruturação societária. Sendo assim, nenhum ajuste é feito para refletir os novos valores justos de ativos e passivos, e não há reconhecimento de ágio adicional ou ganho por compra vantajosa, sendo eventuais diferenças entre o valor pago pela participação societária e o valor de livros dos ativos líquidos é reconhecida imediatamente no Patrimônio Líquido, na rubrica Reserva Capital. Os lucros ou prejuízos são registrados na Demonstração do Resultado do Exercício a partir da data de aquisição, sem a reapresentação de informações comparativas, tanto para o Balanço Patrimonial quanto para o Resultado do Exercício. A Companhia, em raras exceções, permite que o método de aquisição seja utilizado em transações de reestruturação societária que alcancem, cumulativamente, os seguintes critérios: (i) existe fundamento econômico e comercial, (ii) as subsidiárias possuem acionistas externos à Neoenergia S/A, (iii) a transação é conduzida e baseada no valor justo dos ativos líquidos, e (iv) os acionistas integrantes da estrutura societária aprovaram de forma prévia e expressa o método de aquisição. **16.5 Reservas de lucros: 16.5.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constitui reserva legal, pois, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 a empresa poderá deixar de constituir esta reserva quando o saldo da mesma acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. **16.5.2 Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2023, o valor de R$ 11.477 (R$ 12.751 em 31 de dezembro de 2022) de incentivo fiscal SUDENE. **16.6 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

17. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) compartilhamento de recursos humanos; (vii) operação de mútuo financeiro com a controladora e (viii) Dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:
17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	19.942	-	19.942	17.059	-	17.059
Outros ativos	-	418	418	3.015	421	3.436
	19.942	**418**	**20.360**	**20.074**	**421**	**20.495**
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (c)/(d)	410	1.558	1.968	923	1.474	2.397
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	6.973	6.973	-	8.496	8.496
Outros Passivos (b)	(1.561)	655	(906)	31	655	686
	(1.151)	**9.186**	**8.035**	**954**	**10.625**	**11.579**

17.2 Transações com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional (a)	231.896	-	231.896	210.720	-	210.720
Custos dos serviços (c)	(10.840)	-	(10.840)	(4.265)	-	(4.265)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	20.629	(1.558)	19.071	19.966	(1.802)	18.164
Resultado financeiro líquido	-	(1.007)	(1.007)	-	552	552
	241.685	**(2.565)**	**239.120**	**226.421**	**(1.250)**	**225.171**

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/ remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/(Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	1 ano	Entre 2023 e 2024	19.942	231.896
b)	Arizona 1, Baguari I (1), Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7 , Geração Ceu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitis 1, Oitis 10, Oitis 2, Oitis 21, Oitis 22, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7, Oitis 8, Oitis 9, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuã 1, Ventos de Arapuã 2, Ventos de Arapuã 3, Potiguar Sul, Narandiba, Neoenergia Renováveis, Enerbrasil, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Vale do Itajaí, Neoenergia Dourados, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Sobral e Neoenergia Rio Formoso	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2024	(1.561)	20.629
c)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2024	(224)	2.658
d)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	2031	2024	(1.588)	1.588
e)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	N/A	2024	(6.973)	-

(1) Os saldos de partes relacionadas da Baguari I estão apresentados acumulados até Set/2023, tendo em vista que em 26/09/2023 foram concluídas as transações para a permuta de ativos entre Neoenergia e Eletronorte, encerrando a Neoenergia sua participação no Consórcio UHE Baguari.

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A..

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023			2022		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	13.674	-	4.242	101	-	7.852
Contas a receber de clientes e outros	21.867	-	-	20.133	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	20.669	-	-	27.277	-
	35.541	**20.669**	**4.242**	**20.234**	**27.277**	**7.852**
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	15.055	-	-	17.895	-	-
Empréstimos e financiamentos	123.370	-	-	132.954	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.242	-
Passivo de arrendamento	117	-	-	501	-	-
Uso do bem público	26.084	-	-	27.530	-	-
Outros passivos financeiros	2.232	-	-	1.699	-	-
	166.858	**-**	**-**	**180.579**	**1.242**	**-**

CA – Custo amortizado, VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, VJR – Valor justo por meio do resultado.
18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.8, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2023		2022	
	Nivel 2	Total	Nivel 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.242	4.242	7.852	7.852
Instrumentos financeiros derivativos	20.669	20.669	27.277	27.277
	24.911	**24.911**	**35.129**	**35.129**
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.242	1.242
	-	**-**	**1.242**	**1.242**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.
18.4 **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	123.370	120.850	132.954	123.154

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. Os empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. (ii) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **18.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Os contratos de *swap* foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*). Em 31 de dezembro de 2023 não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R$ as dívidas e empréstimos denominados em US$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R$ atrelado ao CDI e posição ativa em US$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
***Swap* US$ pré vs R$ pós**	2023	2022		2023	2022
Ativo	US$ 25.728	US$ 25.499	2024	126.931	129.487
Passivo	R$ 105.474	R$ 101.860		(106.140)	(103.452)
Exposição líquida				**20.791**	**26.035**

18.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (III)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US$)	Alta do Dólar		(123.363)	(124.758)	(18.713)	(37.427)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar	4,8413	122.602	123.989	18.598	37.197
Exposição Líquida				**(761)**	**(769)**	**(115)**	**(230)**

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	17.747	1.769	(265)	(531)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(101.933)	(12.670)	(1.901)	(3.801)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/ITAPEBI1574313008022024.pdf
Hash:170733456249d89150cc7f4b1a93ccf3fe2a7f4138

Neoenergia

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Paulo Werberich
Presidente

TITULARES

Juliano Pansanato de Souza | Mariane Carvalho Medeiros | Leonardo Pimenta Gadelha

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lope
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Rachel Alves Pascale
Contadora
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

José Paulo Werberich
Mariane Carvalho Medeiros
Juliano Pansanato de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Itapebi Geração de Energia S.A**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.
Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor Presidente**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita na venda de energia:* Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, à consideração como um risco significativo de auditoria e à relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita na venda de energia, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/ITAPEBI1574313008022024.pdf
Hash:170733456249d89150cc7f4b1a93ccf3fe2a7f4138